

A chegada do nosso sagrado no Museu da República:

“a fé não costuma faia”¹

Mãe Meninazinha de Oxum²

Mãe Nilce de Iansã³

Maria Helena Versiani⁴

Mario Chagas⁵

“Quando a gente relembra todas as histórias boas e bonitas, a gente se esquece de se aborrecer (...) e são muitas histórias, muitas histórias, muita coisa boa”.

Mãe Meninazinha de Oxum

I

O texto que aqui se apresenta, como uma oferenda, rememora, recorda, relembra a história boa e bonita da libertação de 519 objetos sagrados de religiões afro-brasileiras, nomeadamente de umbanda e candomblé, apreendidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro ao longo das seis primeiras décadas da República, privilegiadamente no período compreendido entre 1889 e 1946.

Logo de saída é importante registrar que se trata de um texto pouco convencional. Assinamos juntos: as duas maiores autoridades do Candomblé do Rio de Janeiro (Mãe Meninazinha de Oxum e Mãe Nilce de Iansã) e uma pesquisadora (Maria Helena Versiani) e um pesquisador (Mario Chagas) do Museu da República, sendo que o último é também

¹ Verso do poema/música de Gilberto Gil denominado “Andar com fé”, que faz parte do disco “Um Banda Um”, lançado em 1982. Ver (entre outros) o site: <https://www.youtube.com/watch?v=MxPsWzSh6Lg> (acesso em 28/12/2020)

² Mãe Meninazinha de Oxum é Iyalorixá do Ilê Omolú e Oxum e Conselheira da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

³ Mãe Nilce de Iansã é Iyá Egbé do Ilê Omolú e Oxum e Coordenadora Nacional da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

⁴ Maria Helena Versiani é Doutora em História, Política e Bens Culturais e Pesquisadora do Museu da República.

⁵ Mario Chagas é Poeta, Doutor em Ciências Sociais e Diretor do Museu da República

o atual diretor do Museu que teve a honra de receber o acervo “Nosso Sagrado Afro-Brasileiro”.

Repetindo: o texto que aqui se oferece, para determinados padrões, pode parecer pouco convencional, ainda que esteja ancorado em rigor metodológico. Convém esclarecer que em alguns momentos vamos nos referir aos autores na terceira pessoa. Essa estratégia de composição textual tem o objetivo de ampliar a fidelidade e dinamizar a narrativa. Oxalá sejamos bem-sucedidos e bem compreendidos nesse bom caminho!

II

Mãe Meninazinha de Oxum cresceu no candomblé e desde 1968, com o consentimento e a benção dos Orixás, tornou-se Iyalorixá⁶ do Ilê Omolu e Oxum, terreiro⁷ situado no bairro de São Mateus, na cidade de São João de Meriti, que faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. Afirmou-se com a serenidade e a sabedoria das Iyalorixás, sacerdotisas e chefes de terreiro, ganhando popularidade local e a reverência de mães e pais de santo de diferentes faixas etárias e das mais variadas vertentes religiosas.

O Ilê Omolu e Oxum fez-se, não somente respeitada casa de culto e de consulta oracular, mas, também referência cultural e comunitária, estabelecendo-se como espaço de projetos sociais e acolhimento humano. No terreiro, entre outras ações, estruturou-se a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde⁸ – da qual Mãe Meninazinha é conselheira e sua sobrinha biológica e filha de santo Mãe Nilce de Iansã é presidente. O projeto opera com a promoção da saúde, a partir da valorização de

⁶ Palavra de origem yorubá que designa a “mãe de santo”, a sacerdotisa suprema de um terreiro, de uma Casa que cultua os Orixás. Iyá tem o sentido de mãe.

⁷ As Casas destinadas às celebrações e cultos das religiões afro-brasileiras são, de maneira geral, denominadas de “Terreiro”, cabendo-lhes também a designação de “Roças”, “Sítios”, “Casas de Candomblé”, “Batuque”, “Tendas”, “Centros de Umbanda” e outras.

⁸ A experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde é apresentada no site oficial da Renafro Saúde: <https://renafrosaudedem.wordpress.com/sobre/> (acesso em 15/11/2020). Ver também: SILVA, José Marmo da. Religiões e Saúde: a experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 171-177, 2007.

práticas terapêuticas tradicionais, tendo inclusive estreitado parcerias no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS – política brasileira que visa garantir o acesso universal à saúde pública⁹. Outros projetos sociais são bem ancorados nas casas de santo, como afirma Mãe Nilce: “O terreiro está sempre de portas abertas, faz acolhimento, dá orientação, é espaço de promoção de saúde e muito mais”¹⁰.

É a partir do Ilê Omolu e Oxum que Mãe Meninazinha lidera batalha pela libertação dos objetos de culto religioso afro-brasileiro apreendidos pela polícia. A violência dessas apreensões era contada e recontada pelos mais velhos aos mais novos. «A população de terreiro sempre soube dessas peças sequestradas a partir da violência do Estado. É uma história muito dura que a gente viveu»¹¹, confirma Pai Adailton Moreira, Babalorixá¹² do Ilê Omiojuarô¹³, filho da respeitadíssima e saudosa Mãe Beata de Iemanjá.

Na perspectiva de Mãe Meninazinha trata-se de um roubo cultural. Ela é categórica: “eles roubaram o que é nosso”. O “eles” aqui é o Estado, o poder público, a polícia.

A luta, a resistência, a resiliência, a capacidade de enfrentar as adversidades estão presentes na trajetória social desse acervo. Como diz Mãe Meninazinha:

Vou falar do Sagrado. Que minha vó sempre falou: “gente, precisamos ver as nossas coisas que estão nas mãos da polícia”. Que nossas coisas são essas? - eu perguntava. Ela falava, mas não tinha como reverter essa

⁹ Sobre a proposta e consolidação da criação do SUS, ver: PAIM, Jairnilson Silva. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: Edufba; RJ: Editora Fiocruz. 2008.

¹⁰ 67ª Jornada Republicana do Museu da República: Cuidando do Nosso Sagrado, 29/10/2020. Participação dos debatedores Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Nilce de Iansã e Mário Chagas e mediação de Maria Helena Versiani. <https://www.facebook.com/watch/live/?v=442268626745160&ref=watch_permalink> (acesso em 27/12/2020).

¹¹ BBC Brasil, 20/11/2020. “Os objetos sagrados de religiões afro-brasileiras ‘libertados’ mais de 100 anos após serem apreendidos”, por Camilla Veras Mota. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55018196>> (acesso em 20/11/2020).

¹² Palavra de origem yorubá que designa o “pai de santo”, o sacerdote supremo de um terreiro. Babá tem o sentido de pai.

¹³ O Ilê Axé Omiojuarô está sediado no bairro de Miguel Couto, na cidade de Nova Iguaçu (RJ); desde sua criação foi comandado por Mãe Beata de Iemanjá (1931-2017); em 2015, recebeu do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria de Patrimônio Cultural.

história, não sabia como começar, era uma mensagem que estava passando pra nós mais novos e entregando nas nossas mãos essa responsabilidade.¹⁴

No final da década de 1960, Mãe Meninazinha herdou de sua avó biológica e mãe de santo, conhecida como Iyá Davina, o legado de conduzir seu terreiro; foi nesta ocasião que ela percebeu que herdara também a tarefa política e pedagógica de reunir o povo do axé e buscar apoio com o fim de retirar da polícia, do Museu da Polícia Civil, o “Nosso Sagrado”.

“Para nós, não é só um acervo”, ela diz, “é nosso sagrado. Foi um roubo. Entraram nos terreiros e tiraram o que não era deles”.¹⁵ Foi a partir daí que Iyá Meninazinha tornou-se porta-voz da liberdade de existir e do direito de expressão das religiões afro-brasileiras.

Em 2007, em entrevista concedida à museóloga e pesquisadora Pamela de Oliveira Pereira, Mãe Meninazinha firmou a seguinte compreensão:

Muitos dos nossos pais de santo, mães de santos, iyalorixá, babalorixá, foram agredidos fisicamente, foram presos, jogados numa delegacia. E nossos bens sequestrados. Nossos bens são a nossa riqueza, o nosso ouro, o nosso sagrado, que pra nós vale muito, mais que ouro, tem muito valor. E pra polícia, não. Nós fomos taxados de bruxos, feiticeiros e não é isso, nós cultuamos orixás, que são elementos da natureza. E esse acervo lá no Museu da Polícia nos envergonha. Eu falo isso com muita tristeza, mas com fé em deus e nos orixás, como representante do candomblé e como representante dos orixás, eu vou continuar lutando. Eu tenho muita esperança e vou continuar lutando.¹⁶

¹⁴ 67ª Jornada Republicana do Museu da República, *op cit*.

¹⁵ National Geographic, 20/11/2020. “Peças sagradas de religiões afro-brasileiras deixam guarda da polícia após 75 anos”, por Jill Langlois (texto) e Gui Christ (fotos). <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/11/pecas-sagradas-de-religioes-afro-brasileiras-deixam-guarda-da-policia-apos-75-anos>> (acesso em 27/12/2020).

¹⁶ PEREIRA, Pamela de Oliveira. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação*. Dissertação. UNIRIO, 2017, p. 51. <<file:///D:/Downloads/Diss417.pdf>> (acesso em 27/12/2020)

Em toda oportunidade Mãe Meninazinha denunciava o desrespeito e a profanação religiosa e exigia reparação e libertação do sagrado que havia sido roubado, saqueado, confiscado. Em várias situações a Iyalorixá interrogava: “É crime a gente ser de candomblé? É crime nós cultuarmos Orixás?”¹⁷.

Estas perguntas, aparentemente singelas, tinham e continuam tendo extraordinária potência.

III

Por mais que as batidas policiais e apreensões constituíssem, na justa perspectiva do povo de santo e de terreiro, crime, afronta e violação de direitos, as apreensões policiais (por mais racistas que fossem) encontravam respaldo legal a partir do Código Penal de 1890, que entre outras normativas proibia o que era então classificado como espiritismo, curandeirismo e prática ilegal da medicina, evidenciando assim uma prática de racismo legalizado.¹⁸

Tais preceitos, desde a Constituição Brasileira de 1891, a primeira do período republicano, conviveram e contradisseram o marco legal do Estado laico e da liberdade de crença e culto no Brasil, estruturando toda uma rotina de violência policial, institucional e estatal contra adeptos e praticantes de religiões afro-brasileiras e seus espaços de culto. Mães e pais de santo foram perseguidos, encarcerados e acusados de praticar feitiçaria, suas casas sagradas e suas manifestações religiosas

¹⁷ 67ª Jornada Republicana do Museu da República, op cit.

¹⁸ Os seguintes artigos do Código Penal de 1890 serviram à legitimação de violações e apreensões policiais em casas de culto afro-brasileiro: “Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos. (...) Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. (...) Art. 158. Ministrare, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro”. Decreto n. 847, de 11/10/1890. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> (acesso em 27/12/2020)

foram profanadas e é, nesse contexto, que os objetos dessas casas foram apreendidos e registrados como “prova de crime”.¹⁹

Inicialmente, os objetos confiscados foram depositados nas delegacias responsáveis pelas ações policiais. Porém, em 1912, a partir da criação da Escola de Polícia Científica do Rio de Janeiro²⁰, foram reunidos e expostos em sala reservada para uso pedagógico e auxiliar à formação policial. A partir de 1937, o local foi denominado de Seção de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificações, vinculado à 1ª Delegacia Auxiliar da Polícia Civil, deixando ver o modo preconceituoso e ofensivo como os objetos de religiões de matriz afro-brasileira eram agenciados na instituição policial. Naquele momento, a proposta ainda incipiente de criação de um museu da polícia limitava-se à exibição dos artefatos sagrados ao lado de outros materiais associados à contravenção penal, tais como armas de fogo e papéis fraudulentos. Os objetos expostos serviam também à reconstituição de supostas cenas de delitos em aulas práticas de treinamento de policiais, no âmbito de uma pedagogia autoritária e racista.

Em 5 de maio de 1938, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – criado em 1937 com atribuições de proteção legal e ajuizamento sobre os bens culturais que devem compor o patrimônio oficial público²¹ – determinou o tombamento²² dos objetos sagrados que se encontravam em exposição na Polícia Civil.²³

¹⁹ O assunto é desenvolvido em alguns estudos indicados nas Referências deste artigo. Entre eles, uma publicação referencial é MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

²⁰ Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, a Escola de Polícia Científica do Rio de Janeiro passou a se chamar Academia de Polícia. Em 1984, foi rebatizada com o nome Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra, em homenagem ao Delegado. <<http://www.policiaacivilrj.net.br/acadepol.php>> (acesso em 20/11/2020).

²¹ Ver a esse respeito o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> (acesso em 28/12/2020)

²² A palavra tombamento, no Brasil, implica o reconhecimento do valor histórico, artístico, natural, paisagístico, arqueológico e etnográfico de determinado bem e a sua classificação como patrimônio oficial publicamente reconhecido. A etimologia da palavra *tombamento*, segundo alguns autores, nos remete à Torre do Tombo, em Lisboa (PT), onde são guardados e conservados documentos considerados de grande relevância.

²³ No dossiê de tombamento do Sphan relativo à Coleção Museu de Magia Negra, há uma correspondência, de 06/05/1940, enviada ao diretor do Sphan pelo 1º delegado auxiliar Demócrito de

O conjunto foi nomeado de “Coleção Museu da Magia Negra”, novamente evidenciando a carga de preconceito presente no tratamento conferido por instituições do Estado aos objetos sacros, além do grau de ignorância corrente em relação às religiosidades afro-brasileiras. A Coleção constituiu o primeiro tombamento etnográfico do país, inscrito no Livro do Tombo²⁴ Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.²⁵

As razões que instruíram esse tombamento ainda carecem de boa compreensão. Nos primeiros anos de funcionamento do Sphan não se havia estruturado a produção de justificativas e pareceres para as ações de tombamento, tampouco fora realizado algum registro descritivo denso das características e proveniência das peças.²⁶ Destacamos, no entanto, duas hipóteses levantadas por pesquisadores. A primeira menciona ter havido agência direta de um determinado policial, o delegado Sylvio Terra, então diretor da Divisão de Polícia Técnica da Escola de Polícia. Nesse caso, o delegado teria requerido o tombamento ao Sphan, de modo pessoal e voluntário, sem que sejam conhecidas as suas motivações.²⁷ Outra hipótese alude ao momento em que ganhavam bom trânsito social ideias pioneiras do poeta e escritor Mário de Andrade, desenvolvidas a partir de pesquisas etnográficas, que lançavam luz sobre a diversidade cultural brasileira, reconhecendo valor de patrimônio nacional à cultura popular.

Em 1936, convidado pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a redigir o anteprojeto de criação do Sphan, Mário

Almeida, encaminhando a lista dos itens então pertencentes à Coleção, somando 196 itens.

²⁴ Existem no Iphan quatro Livros de Tombo: Histórico, de Artes Aplicadas, de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e quatro Livros de Registro: Formas de Expressão, Celebrações, Lugares e Saberes.

²⁵ Processo de tombamento n. 35_T_SPHAN/38. Arquivo Noronha Santos/Iphan.

²⁶ Somente a partir da Portaria n. 11 do Iphan, de 11 de setembro de 1986, é estabelecida regulamentação exigindo que todo tombamento seja precedido de processo. Quando referido a bens móveis, passa a ser requerida a descrição pormenorizada de cada item, envolvendo características físicas, proveniência, responsáveis e os sentidos de seu valor como patrimônio cultural do país.

²⁷ Ver: GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana. Pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 212-226, 2017. A informação consta também em página oficial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. <<http://www.policiacivil.rj.gov.br/museu/historico.htm>> (acesso em 21/11/2020)

de Andrade encontraria boa oportunidade para a defesa de seu olhar patrimonial.²⁸ Compreendia a identidade nacional como a manifestação das diversas formas de expressão cultural indistintas à sociedade brasileira e, se tal compreensão não foi inteiramente incorporada às primeiras normativas do Sphan, o poeta pôde conversar com o diretor do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade (indicado por ele ao ministro Gustavo Capanema), sobre o que chamava de arte arqueológica, arte histórica, arte ameríndia e arte popular, bem como sobre o que compreendia como museu arqueológico e etnográfico.²⁹ O próprio Rodrigo, anos depois, em correspondência de 14 de junho de 1947, constante do dossiê de tombamento da “Coleção Museu de Magia Negra”, reconheceu o “excepcional valor [da coleção] ao patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.³⁰

Não se vê, porém, esse reconhecimento estampado durante o século XX nas ações institucionais do Sphan que, afinal, escolheu consagrar como modelo de representação do nacional, não a pluralidade das tradições culturais presentes na sociedade brasileira, mas determinados estilos arquitetônicos e artísticos, entre os quais se destacam o barroco colonial. Elevado à condição de ícone da identidade nacional, especialmente o barroco colonial mineiro recebeu atenção do Sphan, identificado como arte e arquitetura brasileira. Dentre os bens tombados, a prioridade foi o patrimônio edificado e arquitetônico, comumente chamado de patrimônio de “pedra e cal”. A historiadora Márcia Chuva, em livro não por acaso intitulado “Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”

²⁸ Ver CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *Mneme* - Revista de Humanidades, UFRN, v. 7. n. 18, p. 404-438, out./nov. 2005 e PEREIRA, Pamela de Oliveira, op cit.

²⁹ ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Sphan/Pró Memória, 1981 (Publicações do Sphan, 33). Ver também o livro CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó (SC): Argos, 2006.

³⁰ Processo n. 35_T_SPHAN/38, op cit.

informa que, no período compreendido entre os anos 1938 e 1946, 94% dos bens tombados pelo Sphan eram bens arquitetônicos.³¹

Assim, a rotina das práticas de proteção ao patrimônio cultural nos primeiros anos de existência do Sphan acabou por secundarizar e obscurecer a Coleção Museu de Magia Negra. “A tendência dos técnicos e intelectuais do Serviço do Patrimônio foi relegá-la a um plano marginal”, resume o sociólogo Alexandre Corrêa³², complementando que a coleção não integra quaisquer documentos oficiais do Sphan que façam referência ao conjunto de bens patrimonializados. Além disso, até 1984, a Coleção não aparece em nenhuma lista de tombamentos elaborada pelo órgão.

Cabe ressaltar, porém, que a mencionada pouca atenção reservada à Coleção conviveu com ideias pontuais sobre qualificação das ações de proteção patrimonial no país. Por exemplo, em artigo intitulado “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, publicado em 1937 na Revista do Iphan n. 1, a antropóloga, vice-diretora (1935-1937) e diretora (1938-1955) do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, discute a proteção à documentação etnográfica do que chama de populações “neo-brasileiras”, compreendendo-a como ação que deveria incluir a “organização de catálogos em que seja feito o arrolamento dos espécimes juntamente com o registro de todas as circunstâncias que puderam ser apuradas com referência a eles”. E acrescenta: “Essa proteção implicaria necessariamente em proteção às próprias populações”.³³

A indicação de pouca disponibilização de informação institucional sobre o acervo sagrado parece ser fato consensual entre pesquisadores.³⁴ Para citar alguns exemplos, Elizabeth Gama, em sua tese intitulada

³¹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

³² CORRÊA, Alexandre Fernandes, *op. cit.*, p. 408-409.

³³ TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, n. 1, p. 9-30, 1937, p. 20 e 24.
<<http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=RevIPHAN&pagfis=4784&url=http://docvirt.com/docreader.net#>> (acesso em 28/12/2020)

³⁴ O acesso à coleção é um dos problemas que o Museu da República está desafiado a resolver a partir de 2021.

“Lugares de memórias do povo-de-santo. Patrimônio cultural entre museus e terreiros”, menciona: “Visitamos o museu [da Polícia Civil] em duas oportunidades em 2010 e o acervo não estava disponível”³⁵. Nathália Oliveira, na dissertação “A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileira no Estado Novo (1937-1945)”, registra que, durante toda sua pesquisa, o Museu da Polícia Civil manteve-se fechado para obras de restauração e que, “apesar dos inúmeros apelos às autoridades, não [lhe] foi permitido o acesso ao acervo”.³⁶ Na mesma linha, Pamela Pereira, na dissertação “Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação”, diz que encontrou limitação no “acesso aos objetos ou mesmo de informações sobre a coleção no site institucional”³⁷. E entre outros mais pesquisadores, Alexandre Corrêa reclama das dificuldades “mesmo para pesquisadores credenciados, impossibilitados de obter acesso livre a esse bem cultural tombado, a não ser por fotografias dispersas em diferentes publicações”.³⁸

Cabe mencionar, porém, que encontramos uma agulha no palheiro dessa desinformação: o dossiê do Sphan classificado como “Processo 35_T_SPHAN/38”, que reúne pequeno conjunto de documentos e informações tópicas sobre a Coleção Museu da Magia Negra. De acordo com a documentação, em 21 de agosto de 1945 foi criado o Museu do Departamento Federal de Segurança Pública.³⁹ Seu primeiro diretor, o poeta Dante Milano, em ofício datado de 16 de dezembro de 1952, encaminha a Rodrigo Melo Franco de Andrade um questionário no qual registra que o Museu do Departamento Federal de Segurança Pública não era uma instituição especializada em “História, Belas

³⁵ GAMA, Elizabeth Castelano. *Lugares de memórias do povo-de-santo*. Patrimônio cultural entre museus e terreiros. Tese. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 30.

³⁶ OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. *A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação. UFF, 2015. p. 11.

³⁷ PEREIRA, Pamela de Oliveira, *op cit.*, p. 80.

³⁸ CORRÊA, Alexandre Fernandes. Um museu mefistofélico: museologização da magia negra no primeiro tombamento etnográfico no Brasil. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 33-51, mai. 2014, p. 36.

³⁹ Decreto-Lei n. 7887, de 21/08/1945.

Artes, Ciências Naturais ou Folclore”, mas um “museu criminal”. O seu acervo constituía as seguintes coleções: “Magia Afro-Brasileira, Jogos, Entorpecentes, Atividades Subversivas, Falsificação de notas e moedas, Mistificações, Documentária e Biblioteca”. Milano distingue como peças “raras ou notáveis” algumas “esculturas em barro de fetiches de Exu e outras peças de Magia Afro-Brasileira”. Explica que o museu não promovia “exposições especiais”, “conferências” ou “outras atividades”, antes sendo “campo de estudos para técnicos em polícia”.⁴⁰ Em outra correspondência, de 1º de novembro de 1954, Rodrigo Melo Franco de Andrade informa a Dante Milano que “o Museu do Departamento Federal de Segurança Pública foi registrado entre os museus científicos do Brasil no Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums)”. Argumenta que, se o museu foi criado como “órgão extra-escolar destinado ao estudo da criminologia, tornou-se, em virtude de certas peculiaridades dos espécimes de suas coleções, uma instituição em que predomina o caráter de museu científico, mas que participa da feição de museu de arte popular”.

Quase quarenta anos depois, ofício de 28 de abril de 1992, do então diretor-geral da Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra, Cyro Advíncula da Silva, ao presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural⁴¹, solicita a certidão de tombamento da Coleção Museu da Magia Negra depositada no Museu do Departamento Federal de Segurança Pública. No mesmo ofício consta a informação de que este Museu, em 1991, passou a se chamar Museu da Polícia Civil⁴², integrando a estrutura da Academia de Polícia. O último documento do dossiê é a própria certidão de tombamento mencionada.

Assim, a partir de 1945, a Coleção de objetos sagrados, mantendo-se sob a guarda da polícia, foi depositada no recém-criado Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, atual Museu da Polícia

⁴⁰ O encaminhamento do questionário a Rodrigo Melo Franco de Andrade foi feito por Dante Milano através do Ofício n. 107 de 16/12/1952.

⁴¹ Entre 1990 e 1994, o atual Iphan se chamava Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural.

⁴² Resolução SEPC n. 0505, de 02/10/1991.

Civil. A nova instituição museal pouco ou nenhum investimento fez na direção de conservar, pesquisar e comunicar as peças do acervo, que seguiram reconhecidas como peças-chave para o estudo da Criminologia. Mais grave: os objetos sagrados apreendidos eram também apropriados como acervo culturalmente referente à vida policial e eram (mal)tratados como acervos de propriedade da polícia, sendo, portanto, duplamente esvaziados de seus sentidos primeiros e essenciais.

No caudal de projetos de reformulação de espaços institucionais da polícia, os objetos sagrados circularam, errantes, por diferentes endereços. Em 1989, a essa altura abrigados na rua Frei Caneca, o drama de um incêndio deixou o rastro de muitas peças perdidas, entre elas algumas que compunham o conjunto tombado em 1938. Nos desdobramentos, o Museu da Polícia foi transferido para o anexo do prédio histórico em que funciona a atual Secretaria de Estado da Polícia Civil. Os objetos sagrados, por longo período, permaneceram guardados em caixas, com acesso vetado ou restrito. Inacessível. Invisibilizado.

A denominação da coleção como “Museu de Magia Negra” produziu, desde sempre, indignação no povo de santo e de axé. Trocar o nome da coleção foi ponto inarredável de reivindicação: “Absurdo, coleção magia negra, como se fosse crime. É o Sagrado, coisa de grande fundamento, não tem nada de magia negra, são as ferramentas e assentamentos dos Orixás, é o Nosso Sagrado, é muita coisa!”, impacienta-se Mãe Meninazinha. “Podia ser sala negra, acervos negros, mas essa magia negra tem tom pejorativo”, Mãe Nilce rebate e conclui: “Só muito desconhecimento pode produzir um imaginário tão negativo”⁴³

Para o povo de santo é surpreendente que sua religião seja alvo de tanto ataque, uma religião sem barreiras, sem preconceito de cor, de gênero ou classe social, aberta a qualquer pessoa. Quem participa é escolhido e acolhido pelos Orixás. Não existe pecado, preconceito, só a energia dos Orixás. Por que há tanta falta de respeito com uma religião que acolhe, agrega e dedica atenção a quem quer que seja?

⁴³ 67ª Jornada Republicana do Museu da República, *op cit.*

IV

A luta de Mãe Meninazinha pela libertação dos objetos sagrados foi incansável. Em eventos no seu terreiro, quando encontrou o poeta, dramaturgo, político e militante negro Abdias do Nascimento, perguntou: “Como podemos libertar as nossas coisas, o Nosso Sagrado?”; de igual modo, quando encontrou o deputado Carlos Alberto de Oliveira, militante do movimento negro, político e líder antirracista, perguntou: “Como libertar as nossas coisas, o Nosso Sagrado?”.

Dias e anos e Meninazinha repetia, repetia nas entrevistas, em quaisquer microfones que lhe chegassem às mãos, “como libertar as nossas coisas, o Nosso Sagrado?”.

O tema da repetição reapareceu na “67ª Jornada Republicana do Museu da República”, ocasião em que o diretor do Museu reconheceu que:

(...) sem repetição não há música, música é repetição, atabaque é repetição, e sem repetição não há poesia, vamos repetir, repetir e de vez em quando vamos repintar e reinventar e continuar a repetir, que a repetição acende nossa memória e se há uma memória que precisa ser acesa e acordada é a do povo afro-brasileiro, denunciando o racismo estrutural, o racismo religioso, que atravessa a sociedade brasileira de ponta a ponta, temos que repetir incansavelmente.⁴⁴

V

O povo de axé se organizou e contactou algumas instituições como a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público Federal, o Iphan, a Superintendência Estadual de Museus, o Museu da Polícia Civil, o Museu da República, o Museu Nacional, o Museu Histórico Nacional e o Museu do Ingá.

⁴⁴ *Ibid.*

Em 2017, foi lançada a Campanha Liberte Nosso Sagrado, com apoios de parlamentares e pesquisadores, articulada ao Movimento Negro, ao Instituto de Estudos da Religião, à Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, ao movimento Ocupa Dops⁴⁵, entre outros. Logo nas primeiras reuniões, surgiu a ideia de batizar a Campanha de “Liberte Nossos Orixás”, ao que Mãe Nilce rapidamente reagiu: “Os Orixás não estão aprisionados”⁴⁶. Em dezembro do mesmo ano, estreava o documentário “Nosso Sagrado”, belíssimo registro do movimento, produzido pela Quiprocó Filmes.⁴⁷

Um grupo potente de matriarcas – “matriarcas de matriz africana e de motriz africana”, diz poeticamente pai Adailton Moreira⁴⁸ – garantiu a persistência na luta. Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Beata de Yemanjá, Mãe Palmira de Oyá, Mãe Nilce de Iansã, Mãe Flávia da Casa do Perdão, Mãe Marcinha de Oxum são algumas mulheres que renovaram o movimento de força e resistência. As suas falas emocionam e materializam a dignidade que se deseja construir. Ao lado das matriarcas motrizes estão Tata⁴⁹ Luazemi (Pai Roberto Braga) e Tata Songhele, assim como Babá Adailton Moreira, Babá Mauro de Oxóssi, Marco Teobaldo e outros homens potentes, sensíveis e delicados.

Dois passos importantes ocorreram em agosto de 2017:

1) foi protocolada uma representação no Ministério Público Federal, visando a retirada dos objetos sagrados do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro; e

⁴⁵ O Ocupa Dops é uma campanha que reúne representantes de movimentos sociais e entidades de direitos humanos, parlamentares e cidadãos em geral que reivindicam a transformação do prédio histórico da Polícia Civil do Rio de Janeiro, situado à rua da Relação, n. 40, no centro da cidade do Rio, em espaço de memória da resistência e da luta social no Brasil. O nome da campanha é uma referência ao fato do prédio ter sediado o antigo Departamento de Ordem Política e Social-DOPS, que integrou a rede de repressão posta em operação contra os opositores do regime autoritário instituído no país com o golpe civil-militar de 1964. Sobre o assunto, ver a página oficial do evento: <<https://www.facebook.com/ocupa.dops/>> (acesso em 29/12/2020)

⁴⁶ 67ª Jornada Republicana do Museu da República, op cit.

⁴⁷ O documentário teve direção de Fernando Sousa, Gabriel Barbosa e Jorge Santana.

⁴⁸ Documentário “Respeita Nosso Sagrado”, que registra o dia de transferência da Coleção Nosso Sagrado Afro-Brasileiro para o Museu da República, em 21/09/2020. Com produção audiovisual da Quiprocó Filmes e direção de Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, foi lançado em 20/11/2020.

⁴⁹ No candomblé Banto a palavra Tata significa pai.

2) a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, junto a técnicos do Iphan e lideranças religiosas, realizou diligência no Museu da Polícia Civil para avaliar as condições de conservação dos objetos sagrados. Acondicionados em caixas, somente uma delas foi aberta, evidenciando o abandono do acervo e a urgência de cuidados técnicos.

Desde então, foram organizadas, na Alerj e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, algumas audiências públicas em sintonia com os temas da intolerância religiosa e da libertação do acervo sagrado.⁵⁰ Junto, reportagens na imprensa e na TV repercutiam a Campanha.⁵¹

⁵⁰ A primeira Audiência Pública, após o lançamento da Campanha Liberte Nosso Sagrado, ocorreu em 19 de setembro de 2017, organizada na Alerj pelas Comissões de Direitos Humanos; de Cultura; e de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional. No ano seguinte, em 21/06/2018, foi organizado um debate sobre racismo religioso e cultura africana na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, com a presença do Movimento Não Mexa na Minha Ancestralidade. O evento foi aberto ao som de atabaques e grande xirê. Em 08/11/2019, nova Audiência Pública foi organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj, sendo realizada no Ilê Ase Omiojuaro, em Miguel Couto, Nova Iguaçu. Tratou-se de resposta a uma série de violações ocorridas em diferentes terreiros do estado do Rio, envolvendo invasões, apedrejamentos e destruição de espaços e objetos de culto. Entre outros, ver: G1, 25/07/2018. “Terreiro de candomblé é vandalizado pela quarta vez em Búzios, RJ, e líder religiosa desabafa: ‘Basta de intolerância’”, por Mateus Marinho. <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2018/07/25/terreiro-de-candomble-e-vandalizado-pela-quarta-vez-em-buzios-rj-e-lider-religiosa-desaba-basta-de-intolerancia.ghtml>> (acesso em 28/12/2020); e G1, 12/07/2019. “Terreiro de candomblé é destruído em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense”, por Tatiana Nascimento. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/12/policia-identifica-trafficantes-suspeitos-de-destruir-terreiro-de-candomble-em-caxias.ghtml>> (acesso em 28/12/2020)

⁵¹ Entre outros, ver: Repórter Brasil, 30/06/2017. “Campanha Liberte Nosso Sagrado procura reaver objetos de culto”, por Luciana Barreto. <<https://www.facebook.com/watch/?v=1711195185587730>> (acesso em 28/12/2020); The Intercept Brasil, 04/07/2017. “Religiosos lutam para libertar Orixás da polícia”, por Juliana Gonçalves. <<https://theintercept.com/2017/07/04/religiosos-lutam-para-libertar-orixas-da-policia/>> (acesso em 28/12/2020); Carta Capital, 18/09/2017. “Patrimônio sagrado permanece no Museu da Polícia Civil. Movimento afro-brasileiro do Rio de Janeiro pede liberação das peças”, por Luciana Rodrigues. <<https://biblioo.cartacapital.com.br/museu-da-policia-civil/>> (acesso em 28/12/2020); Agência Brasil, 19/09/2017. “Grupo de trabalho definirá destino de peças religiosas apreendidas no século 20”, por Isabela Vieira. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-09/grupo-de-trabalho-definira-destino-de-pecas-religiosas-apreendidas-no-seculo>> (acesso em 28/12/2020); O Globo, 15/05/2018. “Peças de religiões de matriz africana apreendidas pela polícia estão no centro de disputa” por Eduardo Vanini. <<https://oglobo.globo.com/ela/gente/pecas-de-religoes-de-matriz-africana-apreendidas-pela-policia-estao-no-centro-de-disputa-22680942>> (acesso em 28/12/2020); BBC News Brasil, 20/08/2019. “A longa luta para tirar itens sagrados de umbanda e candomblé do Museu da Polícia, que os confiscou há mais de um século”, por Júlia Dias Carneiro. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49377670>> (acesso em 28/12/2020); e Folha de S. Paulo, 31/08/2020. “Ela não quer guerra com ninguém”, por Rita de Cássia Hipólito. <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/08/ela-nao-quer-guerra-com-ninguem.shtml>> (acesso em 28/12/2020)

Ato contínuo, em 13 de dezembro de 2017, marco do quarto aniversário do movimento Ocupa Dops, o Museu da República foi o lugar escolhido para abrigar amplo debate articulando dois temas: 1) a transformação do edifício do antigo Dops em um centro de memória dos direitos humanos; e 2) a retirada dos objetos sagrados do Museu da Polícia Civil. A articulação dos temas dava-se em função do Museu da Polícia ter ocupado o mesmo edifício em que funcionou o antigo Dops.

Registre-se ainda, em 10 de dezembro de 2019, a homenagem “Carolina de Jesus” concedida pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj à Mãe Meninazinha, então representando a Campanha Liberte Nosso Sagrado.

Importa observar que a retirada dos objetos sagrados do Museu da Polícia insere-se no campo mais amplo das ações antirracistas e de rejeição à intolerância religiosa. Assim, a Campanha Liberte Nosso Sagrado ganhou força também a partir de eventos comprometidos com a valorização da cultura africana em geral, do que é exemplo o impacto da vinda ao Brasil, em junho de 2018, do rei da cidade de Ifé, na Nigéria, Adeyeye Enitan Babatunde Ogunwusi, representante maior do povo yorubá. A sua presença no país mobilizou fortemente a comunidade religiosa afro-brasileira, com impactos na afirmação do direito e dever de resistência contra o preconceito. “A vinda dele é um alerta: estamos aqui e não estamos sozinhos”, explica Mãe Rita de Oyá.⁵²

Outro momento-força de afirmação social da religiosidade afro-brasileira foi a criação, em 26 de julho de 1997, do Memorial Iyá Davina, no Ilê Omolu e Oxum, projeto idealizado por Mãe Meninazinha, concretizado com a participação solidária do povo do axé e que se tornou espaço de visitação pública, com destacada presença de escolares

⁵² Jornal Extra, 13/05/2018. “Rei de Ifé, na Nigéria, vem ao Rio de Janeiro e vai discutir intolerância religiosa”, por Cíntia Cruz. <<https://extra.globo.com/noticias/rio/rei-de-ife-na-nigeria-vem-ao-rio-de-janeiro-vai-discutir-intolerancia-religiosa-22678521.html>> (acesso em 28/12/2020)

e pesquisadores.⁵³ Em 7 de julho de 2018, aniversário do terreiro, foi inaugurado um busto de Iyá Davina no Memorial.⁵⁴

VI

Em 2018, o diretor do Museu da República foi procurado por um grupo de mães e pais de santo envolvidos na Campanha Liberte Nosso Sagrado. Foi-lhe então perguntado se o Museu da República aceitaria receber a “Coleção Museu de Magia Negra”, a partir de transferência admitida pela direção do Museu da Polícia Civil. Mario Chagas⁵⁵ (o diretor do Museu) aceitou a oferta de imediato e expressou verbalmente uma posição que viria a ser assumida por toda equipe do Museu da República. Nesse ponto é importante deixar claro que o Plano de Trabalho da instituição para o período de 2018-2021 foi discutido e aprovado coletivamente e está sintonizado com a chave da Museologia Social, o que inclui constituir, no Museu, um acervo representativo da pluralidade étnica e cultural do Brasil Republicano e assumir posição clara e democrática face às ações de reparação de justiça.

Única condição institucional para o recebimento do acervo foi estabelecer o compromisso de uma gestão compartilhada entre o Museu da República e as casas de santo. Compromisso, não estritamente entre o atual diretor do Museu e um grupo de lideranças religiosas, mas sim entre a instituição museológica e as casas de santo. A expectativa é uma parceria de longo prazo, como explica Mario Chagas: “Queremos uma garantia de continuidade desse trabalho, uma garantia que pessoalmente espero que vá além da minha gestão”.⁵⁶

⁵³ Sobre o Memorial Iyá Davina, ver vídeo do acervo digital de cultura negra Cultne Doc, na página do Ilê Omolu e Oxum. <<https://ileomolueoxum.org/about-us-2/>> (acesso em 27/12/2020)

⁵⁴ Ver vídeo “Busto Iyá Davina – Ilê Omolu e Oxum – 50 anos”, do acervo Cultne Doc. <<https://www.youtube.com/watch?v=8T7tSB194Pc>> (acesso em 27/12/2020)

⁵⁵ É importante registrar que em março de 2018 a direção do Museu da República, depois de 58 anos, pela primeira vez, foi assumida por uma pessoa que se submeteu a um concurso público.

⁵⁶ Documentário “Respeita Nosso Sagrado”, *op cit.*

Longe de ser uma proposta vazia de sentidos, a gestão compartilhada do acervo sagrado é de fato o único horizonte em que reconhecemos a possibilidade de avançar em bom termo no trabalho de identificação das peças, de compreensão de seus significados sociais e de sua dimensão sagrada, sem cometer erros básicos, como empregar denominações equivocadas, às vezes carregadas de preconceito, e sem incorrer em desrespeito, por inexperiência ou mesmo ignorância. É nessa perspectiva que Maria Helena Versiani pergunta:

Como compreender as contradições sociais que atravessam a Coleção Nosso Sagrado sem ouvir o povo de santo? Como conhecer os impactos da formação desse acervo na vida dos terreiros e espaços de culto? Como conectar uma luta ancestral sem ouvir as histórias, os casos e causos dos que vivenciam o cuidar e honrar a ancestralidade?⁵⁷

Essa coleção tem referência cultural, que deve ser mobilizada e valorizada. “O princípio da gestão compartilhada é o princípio do respeito, é o princípio do cuidado”, resume Chagas⁵⁸.

Encontros da equipe do Museu da República com as comunidades religiosas tornaram-se regulares, dando início também a uma série de reuniões com a Secretaria de Estado da Polícia Civil, o Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, a Superintendência Estadual de Museus, o Ministério Público Federal e o Iphan.

A assinatura do Termo de Cessão ocorreu no dia 7 de agosto de 2020, em cerimonial que contou com a representação de lideranças religiosas. A publicação em Diário Oficial da União data de 19 de agosto de 2020.⁵⁹ O procurador do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, Júlio Araújo, ajuizou que a transferência do acervo representa uma “reparação

⁵⁷ Live “Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo”, realizada em 10/11/2020 e organizada pelo Museu Vivo do São Bento em parceria com o Museu da República. Participação de Graça Teixeira e Maria Helena Versiani e mediação da educadora Deise Guilhermina. (Trecho recomposto). <https://www.youtube.com/watch?v=jo5En_YQxBQ> (acesso em 30/12/2020)

⁵⁸ 67ª Jornada Republicana, *op cit*.

⁵⁹ Diário Oficial da União, Seção 3, n. 159, de 19/08/2020. <<file:///D:/Downloads/Extrato%20%20-%20DOU%2019-08-20%20S.3%20%20p.%2096.pdf>> (acesso em 27/12/2020)

histórica pelas violações de direitos”⁶⁰. Nessa perspectiva, estima-se que novos passos jurídicos contemplem o processo de cessão definitiva do acervo, nos termos de uma doação institucional⁶¹.

VII

Os 519 objetos sagrados foram profissionalmente embalados e distribuídos em 77 caixas. Todo trabalho de embalagem foi concluído na noite da sexta-feira, dia 18 de setembro. Mario Chagas ligou então para Mãe Nilce que disse: “Meu filho, vamos tirar o Nosso Sagrado na luz do dia”. A essa altura, fez-se absolutamente essencial o apoio do Instituto Ibirapitanga⁶², que arcou com os custos de transporte do acervo, em termos criteriosos que incluíram a contratação de seguro e a elaboração de laudos de saída e chegada ao novo endereço.

Assim, na segunda-feira, manhã do dia 21 de setembro de 2020, os objetos sagrados passaram pelos portões do Palácio do Catete, anunciando a Primavera dos Museus no Museu da República⁶³. Com muito sentimento, Mãe Meninazinha comentou: “Trinta anos eu falando do Nosso Sagrado. Trinta anos eu falando sobre as coisas nossas que estão na mão da polícia, palavras da minha avó. A partir dessas palavras é que nós chegamos até aqui”. Visivelmente emocionada, acrescentou: “Eu tinha certeza que um dia nós íamos conseguir, e conseguimos, em nome de todos os nossos ancestrais e dos Orixás”⁶⁴.

A ordem de abertura das caixas no Museu da República foi determinada pelo povo de santo: primeiro a pedra de Exu, em seguida os atabaques. Em tempo de crise sanitária global e pandemia do coronavírus,

⁶⁰ Documentário “Respeita Nosso Sagrado”, *op cit.*

⁶¹ A tramitação da doação definitiva do Nosso Sagrado para o Museu da República está avançada. É possível que em janeiro de 2021 tudo esteja resolvido.

⁶² O Instituto Ibirapitanga apoia organizações e iniciativas em duas modalidades de programas: Equidade racial e Sistemas alimentares. Além de viabilizar o transporte do acervo, é parceiro do Museu da República no projeto de gestão da Coleção Nosso Sagrado.

⁶³ A 14ª Primavera dos Museus ocorreu no período de 21 a 27 de setembro de 2020 e foi coordenada pelo Ibram, que articulou, em âmbito nacional, milhares de atividades para diferentes públicos.

⁶⁴ Documentário “Respeita Nosso Sagrado”, *op cit.*

palmas, cantos e a dança dos caminhos, das águas, dos rios, dos mares, dos ventos, das matas, de todas as divindades da natureza aconteceram na medida do ritual possível, sem aglomeração, sem descuidar de si e do próximo, no compasso da emoção infinita e do se levantar para construir juntos.

Tata Luazemi, do Abassá Lumyjacarê Junçara, ouviu os atabaques tocando: “Parecia que eles estavam fazendo uma festa de libertação, aonde os nossos antepassados estão, estão fazendo festa, tem um grande candomblé, uma grande gira de umbanda⁶⁵, um grande xirê⁶⁶, um grande cordão de angola”. Pai Adilson falou: “Não era eu que estava assinando, era minha ancestralidade, era minha Mãe que estava assinando, ela não estava fisicamente, mas eu acredito que ela estava ali com aquele ancestral segurando minha mão e vendo o resultado tão bom pra todos nós”. Pai Mauro de Oxossi sentiu-se honrado e orgulhoso de estar representando sua ancestralidade naquele momento, e ao mesmo tempo imbuído da responsabilidade de não deixar o processo retroceder: “Hoje a gente não encerra um ciclo, mas a gente fecha uma etapa, para que possamos a partir de agora lutar uma nova luta, que é a luta da divulgação, da disseminação, da expansão do saber sobre as comunidades de terreiro, sobre a importância do Nosso Sagrado”.⁶⁷

Ao final do evento, fez-se pequena cerimônia para assinatura da Ata simbólica de recebimento do acervo. Mães e pais de santo, representando a diversidade das casas de culto religioso afro-brasileiro em território fluminense, ocuparam a grande mesa do Salão Ministerial do Palácio do Catete. Espaço que serviu às reuniões do poder executivo federal, naquele momento transformava-se em espaço de poder do povo do axé, com todos os significados de um tempo presente a operar com o passado e o futuro da República. Coube a Mãe Meninazinha encerrar a reunião: “A vitória de hoje é a vitória da sociedade como um todo. Orixá abençoe a todos. Respeite o Nosso Sagrado!”.⁶⁸

⁶⁵ Celebração ritual própria ao culto da Umbanda, de modo geral com batuque, canto e dança em roda.

⁶⁶ Celebração ritual própria ao culto do Candomblé, de modo geral com batuque, canto e dança em roda.

⁶⁷ Documentário “Respeita Nosso Sagrado”, *op cit.*

⁶⁸ *Ibid.*



Fig 1. Atabaque Rumpi

Entre os instrumentos musicais do candomblé, destaca-se o trio de atabaques com tamanhos diferentes.

O maior é chamado de Rum, o médio de Rumpi e o menor de Lé.

Acervo Nosso Sagrado/
Museu da República.

Foto de Oscar Liberal, 2020.



Fig 2. Abebé de Oxum

Objeto com força espiritual para afastar energias negativas. No candomblé, espelho sagrado em que Oxum admira a própria beleza. Na umbanda, leque de Iansã. Acervo Nosso Sagrado/
Museu da República. Foto de Oscar Liberal, 2020.



Fig 3. Fio de contas

Os fios de conta são colares usados por iniciados em religiões de matriz africana, com força sutil para comunicação espiritual com os Orixás ou Entidades. São também uma proteção para o povo de terreiro. Acervo Nosso Sagrado/
Museu da República.

Foto de Oscar Liberal, 2020.



Fig 4. Adê de Oxum

“Adê” é uma palavra do idioma ioruba que significa “coroa”.

Acervo Nosso Sagrado/
Museu da República.

Foto de Oscar Liberal, 2020



Fig 5. Cachimbo, com rosto humano esculpido

No candomblé, os cachimbos representam Ossain, Orixá da cura. Na umbanda, são muito usados por Pretos Velhos, espíritos associados ao arquétipo do velho sábio.

Acervo Nosso Sagrado/
Museu da República.

Foto de Oscar Liberal, 2020.



Fig 6. Cocar de penas

Usado por Caboclos, entidade espiritual de grande relevância na umbanda e no candomblé. Ao Caboclo das Sete Encruzilhadas é atribuída a fundação espiritual da umbanda. Acervo Nosso Sagrado/
Museu da República.

Foto de Oscar Liberal, 2020.

VIII

No Museu da República o acervo foi submetido a um período de quarentena. Ocasão em que ficou separado dos demais objetos preservados na instituição com o objetivo de evitar contaminações por eventuais fungos e outros micro-organismos. Cada objeto sagrado está sendo higienizado, fotografado e acondicionado adequadamente. Aqueles que necessitam de reparo ou restauro são guardados à parte, em sintonia com um plano de restauração para toda a coleção.

A diversidade de materiais é grande. Tecido, pedra, madeira, palha, cerâmica, ferro, couro, plumas e mais. No acervo também estão incluídos vestimentas rituais, guias⁶⁹, adereços, estatuetas, espadas, instrumentos musicais, bonecas, aves taxidermizadas e outros elementos próprios do culto e de uso pessoal dos praticantes. Nessa etapa do trabalho a orientação

⁶⁹ Nome utilizado nas religiões afro-brasileiras para designar os colares usados por seus praticantes.

do povo de santo é essencial. Há peças que não podem ser guardadas, restauradas ou exibidas com base exclusivamente no diagnóstico técnico museológico. Importa observar certas injunções, a partir dos sentidos sagrados de cada uma delas.

Todos os objetos sagrados podem ser expostos sem restrição? Algumas imagens estão quebradas – deverão ser restauradas? Algumas guias estão partidas – deverão ser reenfiadas? As respostas não são simples e o trabalho de gestão compartilhada será imprescindível para que se encontre o bom caminho. Como se pode compreender, independentemente do histórico de criminalização e manuseio insensível dos artefatos sagrados, eles são reconhecidos como objetos de culto e tratados e guardados nos termos dos saberes e fazeres das religiosidades afro-brasileiras.

A Coleção Nosso Sagrado Afro-Brasileiro constitui um patrimônio cultural que merece toda atenção em termos de documentação, pesquisa, preservação, conservação e restauro; trata-se de uma coleção única, original, sem precedentes; trata-se de um acervo que deve ser conhecido, cuidado, lembrado, estudado e divulgado. Como diz Tata Luazemi: “É tratar os objetos com carinho como se cuida da nossa Mãe, como se cuida dos nossos parentes, dos nossos pais”, e ainda mais, “é cuidar com preservação, pra lá na frente o povo poder olhar e ver: olha a herança que os nossos mais velhos, os nossos antepassados deixaram”.⁷⁰

IX

A Coleção Nosso Sagrado remete a um acervo de problemas sociais. Remete ao racismo religioso, que se manifesta também no campo do simbólico. Por que confiscar objetos do culto de matriz africana? Por que confiscar terços e imagens de São Jorge, de Nossa Senhora e São José encontrados em espaços do sagrado afro-brasileiro? Por que tantas igrejas tombadas e terreiros depredados?

⁷⁰ Documentário “Respeita Nosso Sagrado”, *op cit.*

Em nosso entendimento, os ataques à cultura afro-brasileira são parte de um projeto de Estado sustentado na ideologia racista e de branqueamento da população brasileira, que não se limitou ao fomento à imigração europeia em fins dos oitocentos e início do século XX. Como diz Luiz Antônio Simas, trata-se de um projeto de apagamento do não-branco que possui três pilares. É um projeto *genocida*, que investe no apagamento de corpos negros. E também um projeto *epistemicida*, que investe no aniquilamento de saberes não-brancos. E ainda um projeto *semiocida*, relacionado à Semiótica, que investe no apagamento de linguagens.⁷¹ Dentro desse projeto, que marginaliza e desqualifica as expressões culturais de matriz africana, está situada a formação, a perseverança, a resistência e a resiliência da Coleção Nosso Sagrado.

Longe de supor que os escravizados se restringiam a uma população de vítimas, é preciso compreender, como exprime Maria Helena Versiani, que suas práticas culturais reconstruídas no Brasil se deram dentro do movimento humano de encontrar um lugar para si, para existir, independentemente da sua condição de escravizados.⁷² Tais vivências culturais projetam-se em todos os domínios da vida dos brasileiros e brasileiras. Marcam a identidade nacional em devir, os nossos modos de falar, vestir, cozinhar, cantar, dançar, criar, crer, enfim, os costumes de toda gente. A contribuição do negro na formação cultural do Brasil tem menos a ver com a escravização, obra repulsiva do branco europeu, e muito mais com as vivências culturais africanas incorporadas à vida no Brasil, reitera Versiani.⁷³

Assim, a Coleção Nosso Sagrado é símbolo de resistência e da identidade nacional brasileira, como um projeto que se faz e se refaz permanentemente. Os objetos da Coleção refletem a diversidade de cultos

⁷¹ Live “Cuidando do Nosso Sagrado: um olhar histórico”, realizada em 27/10/2020 e organizada pelo Museu Vivo do São Bento em parceria com o Museu da República. Participação do historiador Luiz Antônio Simas e mediação da educadora Deise Guilhermina.

<<https://www.youtube.com/watch?v=bw34EAQuqrQ>> (acesso em 30/12/2020)

⁷² Live “Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo”, *op cit.*

⁷³ *Ibid.*

de matriz africana praticados no Rio de Janeiro, a partir da experiência diaspórica.

Entre tantos outros veios, é instigante pensar também o próprio campo do Patrimônio Cultural a partir dessa Coleção. No Brasil, a ideia de patrimônio nacional se construiu para a celebração do poder e afirmação do saber científico, postulando a existência de uma ordem e de um conhecimento soberanos. Na contramão desse pensamento, a Coleção Nosso Sagrado nos remete a constructos e saberes tradicionais ao culto afro-brasileiro, decisivos à sua preservação. No cruzamento entre liturgia e ciência, ofício religioso e técnica museológica, sabedoria ancestral e método científico, encontramos o delicado equilíbrio da gestão desse acervo.

X

Mãe Meninazinha consultou os Orixás, que estão de acordo com a transferência do acervo para o Museu da República. A instituição, assim, tem todos os caminhos abertos para assumir o desafio da preservação do Nosso Sagrado.

Mario Chagas faz questão de repetir: a equipe do Museu da República não faz favor em acolher o acervo, está simplesmente cumprindo o seu dever de ofício. Sem dúvida, é uma honra a oportunidade de contribuir para a libertação desse acervo, mas o Museu assume a responsabilidade compreendendo que a prática do cuidado e do afeto é importantíssima em todo processo e ciente do compromisso de trazer para o centro do debate e fazer chegar ao futuro mensagens de combate ao racismo religioso e estrutural, que ajudem a contar a História de um Brasil inclusivo.

As pesquisas de Maria Helena Versiani continuam nos inspirando:

Decidir investir recursos públicos na formação de objetos museológicos, para que estejam disponíveis às gerações futuras, significa mobilizar equipes multidisciplinares e destinar a esses objetos uma série de cuidados.

Trata-se de decisão que supõe algum entendimento sobre o que deve ser preservado como legado do passado para o presente e o futuro.⁷⁴

Trata-se, persevera a pesquisadora, de compreender os museus como lugares estratégicos no desenvolvimento de sociedades democráticas, os acervos como domínios expressivos da multiplicidade étnica, regional e cultural que conforma as sociedades e a Museologia como prática inclusiva, com base social e popular.⁷⁵

XI

Entre as ações esperadas a partir da Coleção Nosso Sagrado está a produção de um livro de arte sobre a religiosidade afro-brasileira amplamente documentado, que possa ser apreciado em cada casa de santo. Projeta-se também a publicação de livros didáticos para diversos níveis escolares e a organização de exposições de curta, média e longa duração.

Para Mãe Meninazinha, ver a exposição dessas peças no Museu da República é um modo de resgatar a dignidade dos negros brasileiros, recontar sua história e a História do Brasil chamando atenção para o racismo religioso, que até hoje promove ataques a terreiros: “O Brasil precisa conhecer esse acervo, esse acervo representa o Brasil”⁷⁶. Mãe Palmira, no mesmo diapasão, deixou registros da sua vontade de ver o acervo sagrado exposto no Museu da República, um museu dedicado à História, diz ela, “não só do povo negro, sofrido, mas à História do Brasil”⁷⁷.

O processo de libertação da Coleção Nosso Sagrado Afro-Brasileiro fala da construção de um Brasil democrático. Essa coleção importa, como diz Mario Chagas, “aos religiosos do axé, mas também aos judeus,

⁷⁴ VERSIANI, Maria Helena. *Criar, ver e pensar um acervo para a República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, p. 40.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 81.

⁷⁶ Documentário “Respeita Nosso Sagrado”, *op cit.*

⁷⁷ *Ibid.*

povos indígenas, muçulmanos, católicos, espíritas de todas as tendências, aos ateus e aos evangélicos; ela importa para combater o racismo e garantir a liberdade de manifestação religiosa”⁷⁸; ela tem um significado que, partindo da religiosidade de origem, transcende e afirma o direito humano à liberdade de relação com o devir, com o divino, com o futuro, com o não-visível, e nesse sentido ela está bem ancorada no Museu da República.

É notável e simbólico o fato da Coleção Nosso Sagrado ter sido formada a partir de práticas persecutórias institucionalizadas nos primeiros anos do Brasil republicano e que agora seja valorizada e exposta em espaço de memória e representação da República. Se antes os objetos sagrados eram tratados como prova de crime; hoje – lembra Maria Helena Versiani – eles “nos ajudam a compreender outro crime, imprescritível e contra a humanidade, o crime do racismo”.⁷⁹

Além disso, o Palácio do Catete, sede do Museu da República, foi a sede do Poder Executivo brasileiro entre 1897 e 1960. Se as práticas oficiais de perseguição a espaços do culto de matriz africana e de apreensão das peças que hoje integram a Coleção Nosso Sagrado ocorreram ao amparo da lei, decerto contaram com a conivência da Presidência da República instalada no Catete, que, para dizer o mínimo, tinha conhecimento de que essas apreensões aconteciam, ou mesmo deu aval ou emitiu as ordens. Assim, o exercício de atribuir novos significados à Coleção Nosso Sagrado implica necessariamente em rever os sentidos do próprio regime republicano brasileiro. Exercício particularmente potente quando inscrito em espaço institucional de memória, representação, história, afeto, luta, patrimônio.

Mario Chagas arrisca dizer que a transferência do acervo das religiões de matriz afro-brasileira é, no Brasil, o maior acontecimento museológico dos últimos dez anos e um dos mais importantes em toda a trajetória do próprio Museu da República. Discute esse patrimônio como *fratrimônio*,

⁷⁸ 67ª Jornada Republicana do Museu da República, *op cit*.

⁷⁹ Live “Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo”, *op cit*.

herança fraterna entre nós, que projeta novas possibilidades para o futuro. “Estamos construindo fratrimônio com a ajuda desse acervo”, ele diz.⁸⁰ A mesma compreensão aparece nas palavras de Mãe Meninazinha, quando ressalta a importância da união dos ancestrais, filhas, filhos, mães e pais de santo e de outros que não são de santo, mas que estão juntos na mesma luta, unindo forças. Para ela, a monumentalidade da libertação desse acervo justifica inclusive que o 21 de setembro entre para a história como o dia das religiões afro-brasileiras. Um marco de liberdade, rememoração, comemoração e reparação de justiça.

Referências

- AUGRAS, Monique. *O duplo e a metamorfose: a identidade mítica em comunidades nagô*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- ALVES, Luiz Gustavo. A situação da “Coleção Magia Negra” e o cenário dos processos de restituição de objetos. *Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.
- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Sphan/Pró Memória, 1981 (Publicações do Sphan, 33).
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco*. O negro no imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRITTO, Clóvis Carvalho; LIMA, Kellen Josephine Muniz de. Sacrifício ritual nas religiões afro-brasileiras. Reflexões sobre patrimonialização, memória e anarquivamento. *Informação & Informação*, Londrina, v. 24, n. 3, p. 433-451, set./dez. 2019.
- CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó (SC): Argos, 2006.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁸⁰ *Ibid.*

- CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
- CONDURU, Roberto. *Pérolas negras – primeiros fios: experiências artísticas e culturais nos fluxos entre África e Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. Um museu mefistofélico: museologização da magia negra no primeiro tombamento etnográfico no Brasil. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 33-51, mai. 2014.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *Mneme - Revista de Humanidades*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 7. n. 18, p. 404-438, out./nov. 2005.
- COSTA, Adailton Moreira. *Mulheres negras líderes de candomblé na contemporaneidade: Um olhar abrangente sobre a questão de gênero feminino, ação política e a religiosidade afro-brasileira no Rio de Janeiro*. Monografia (graduação), PUC, Rio de Janeiro, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2013.
- GAMA, Elizabeth Castelano. *Lugares de memórias do povo-de-santo*. Patrimônio cultural entre museus e terreiros. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana. Pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 212-226, 2017.
- HEIM, Bruno Barbosa; ARAÚJO, Maurício Azevedo de; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. *Direito dos povos de terreiros*. Bahia: Eduneb, 2018.
- HEYWOOD, Linda Marinda (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.
- JAGUN, Márcio de. *Orí: a cabeça como divindade*. Rio de Janeiro: Litteris, 2015.
- LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro*. Construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

- MAGGIE, Yvonne; RAFAEL, Ulisses Neves. Sorcery objects under institutional tutelage: magic and power in ethnographic collections. In: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 10 n. 1, p. 276-342, 2013.
- MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- NASCIMENTO, Maria do [Mãe Meninazinha de Oxum]. *História de uma Meninazinha – O legado ancestral*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2015.
- OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. *A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- PAIM, Jairnilson Silva. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: Edufba; RJ: Editora Fiocruz, 2008.
- PEREIRA, Pamela de Oliveira. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Ivanei da. *A memória vigiada: o papel do museu da polícia civil na construção da memória da polícia civil no Rio de Janeiro, 1912-1945*. Dissertação. Unirio, Rio de Janeiro, 2000.
- SILVA, José Marmo da. Religiões e Saúde: a experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 171-177, 2007.
- SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato - a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.
- TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, n. 1, p. 9-30, 1937.
- VERSIANI, Maria Helena. *Criar, ver e pensar um acervo para a República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.